



## ANALISE DA LEI N. 11.101/2005 DENTRO DA SAF (SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL)

### ANALYSIS OF LAW N. 11.101/2005 WITHIN THE SAF (FOOTBALL SOCIETY ANONYMOUS)

Gabriel Renan Witt<sup>1</sup>  
Elizeu Luiz Toporoski<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo analisa a SAF (sociedade anônima de futebol) como forma de organização dos clubes de futebol brasileiros. A SAF foi criada pela lei nº 14.193/2021, que alterou a lei PELÉ e criou um novo marco legal para o futebol profissional. O objetivo do estudo é entender as características, benefícios e desafios da SAF e seu potencial impacto na gestão, governança e sustentabilidade do clube. A gestão da dívida também pode ajudar na falência. Para tanto, foram utilizados métodos dedutivos baseados em literatura, metodologia qualitativa, com abordagem exploratória, baseada em pesquisas bibliográficas e análise de textos que tratam do tema. Este resultado mostra que a SAF pode contribuir para a profissionalização, transparência e modernização do futebol brasileiro, desde que as leis, regulamentos e normas internas do clube sejam aplicadas e geridas de forma eficaz pelos órgãos competentes. O artigo busca demonstrar que a SAF é tanto uma oportunidade para os clubes se adaptarem às novas exigências do mercado e da sociedade, como um desafio para preservar a sua identidade, história e valores.

**Palavras-chave:** associações; sociedades anônimas; futebol; recuperação judicial; falência.

#### ABSTRACT

This article analyzes the SAF (football corporation) as a form of organization for Brazilian football clubs. The SAF was created by law no. 14,193/2021, which amended the PELÉ law and created a new legal framework for professional football. The objective of the study is to understand the characteristics, benefits and challenges of

---

<sup>1</sup>Graduação em Direito. Universidade do Contestado – UNC. Marafra. Santa Catarina. Brasil. E-mail: gabrielrenanwitt@gmail.com.

<sup>2</sup>Mestre em Direito. Centro Universitário Autônomo do Brasil. Pesquisador da Universidade do Contestado. Santa Catarina. Brasil. E-mail: elizeu.toporoski@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1283-9094>.

SAF and its potential impact on the club's management, governance and sustainability. Debt management can also help with bankruptcy. To this end, deductive methods based on literature, qualitative methodology, with an exploratory approach, based on bibliographical research and analysis of texts that deal with the topic were used. This result shows that SAF can contribute to the professionalization, transparency and modernization of Brazilian football, as long as the club's laws, regulations and internal rules are applied and managed effectively by the competent bodies. The article seeks to demonstrate that the SAF is both an opportunity for clubs to adapt to the new demands of the market and society, and a challenge to preserve their identity, history and values.

**Keywords:** associations; anonymous society; soccer; judicial recovery; bankruptcy.

**Artigo recebido em:** 24/08/2023

**Artigo aceito em:** 08/11/2023

**Artigo publicado em:** 02/12/2024

Doi: <https://doi.org/10.24302/acaddir.v6.4984>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo vamos tratar sobre Sociedade Anônima de Futebol (SAF), entenderemos como elas funcionam e como podem ajudar os clubes de futebol.

A SAF é um novo modelo de empresa para clubes de futebol foi criado pelo Congresso brasileiro em 2021: a Sociedade Anônima do Futebol (SAF). Essa modalidade incentiva que os clubes deixem de ser associações civis sem fins lucrativos e se tornem empresariais. Assim, eles podem abrir seu capital para investidores, seguir regras específicas de governança e controle e renegociar suas dívidas com credores por meio de recuperação judicial ou extrajudicial. Cruzeiro, Botafogo e Vasco são alguns exemplos de clubes que já se tornaram SAF.

A maioria dos clubes que optam por se tornar Sociedade Anônima do Futebol são aqueles que enfrentam altos níveis de endividamento, com escassez de recursos para investir tanto no futebol quanto em infraestrutura. Eles buscam investidores capazes de ajudar a resolver essa crise e liquidar suas dívidas com recursos financeiros.

A prática de futebol profissional, tanto de homens quanto de mulheres, é a atividade principal de uma empresa chamada SAF. Para se transformar em uma SAF, o clube deve vender uma parte ou a totalidade do seu capital a investidores que tenham interesse. A SAF segue regras específicas de governança e controle, que são

fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pode emitir papéis para obter recursos no mercado. A SAF também tem a possibilidade de negociar suas dívidas com quem lhe deve por meio de recuperação judicial ou extrajudicial, com um plano de pagamento estabelecido. A SAF é um meio de modernizar e profissionalizar a gestão dos clubes de futebol no Brasil.

O objetivo desta pesquisa é estudar as sociedades anônimas de futebol (SAF) e examinar os exemplos de SAF no Brasil.

Conduzir uma pesquisa aprofundada sobre a SAF para esclarecer dúvidas de como ela pode ajudar os clubes de futebol e avaliar o impacto dessa modalidade no futebol brasileiro. Assim fica necessário realizar uma análise histórica e jurídica do direito empresarial no Brasil, compreendendo a origem das sociedades empresariais, em especial as sociedades anônimas, suas principais características e sua relação com a Sociedade Anônima do Futebol.

Bem como tratar o modo em que a SAF pode ajudar a evitar a falência dos clubes futebolísticos e ajudar com a recuperação judicial.

Por fim, deve-se analisar o contexto atual do mercado do futebol, bem como a situação jurídica, financeira e política dos clubes brasileiros, a fim de determinar se a Lei da SAF é de fato urgente e necessária para o futebol brasileiro, e como ela pretende lidar com a grave crise financeira que afeta essas instituições.

O artigo inicia abordando as sociedades anônimas de futebol, após se concentra em detalhar as diversas categorias de sociedades. Posteriormente, a discussão versa sobre a legislação, e, por fim, se conclui com o tema de recuperação judicial.

O processo metodológico adotado para a elaborar está pesquisa, foi através da busca de informações encontradas em artigos e sites do meio digital, deste modo este artigo científico utiliza a metodologia qualitativa, com abordagem exploratória, baseada em pesquisas bibliográficas e análise de textos que tratam do tema, além de usar a legislação brasileira em vigor.

Os estudos e pesquisas realizadas ocorreram entres os meses de março e agosto do ano de 2023, assim relatando somente até a presente data a situação das SAFs.

## 2 AS SOCIEDADES ANÔNIMAS DE FUTEBOL

Uma SAF (sociedade anônima de futebol) é uma forma legal que permite que um clube de futebol se transforme em uma empresa cujo capital é dividido em ações que podem ser negociadas nos mercados financeiros. O objetivo deste esquema é profissionalizar a gestão do clube, atrair investidores e aumentar a transparência das contas.

No Brasil, um projeto de lei que regulamenta a SAF foi aprovado pela Câmara dos Deputados em agosto de 2021 e enviado ao Senado. Os benefícios esperados pela SAF incluem, mas não se limitam a maior autonomia dos clubes, renegociação de obrigações fiscais, maior formação dos jogadores e aumento da competitividade do futebol brasileiro (CAPELO, 2022).

Antes de ser regulamentada, as origens da lei da SAF (sociedade anônima de futebol), remontam a 1998, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso aprovou a Lei Pelé, que visava modernizar e democratizar o futebol brasileiro. Entre as medidas previstas na lei estava a possibilidade de a associação se tornar uma empresa por meio da criação de uma nova forma societária, a SAF (SILVA JUNIOR, 2022).

A SAF vinha com a ideia de ser uma sociedade por ações, com capital aberto ou fechado, tendo por objeto exclusivo a atividade futebolística. Os objetivos eram profissionalizar a gestão do clube, atrair investidores, aumentar a transparência e a responsabilidade fiscal e reduzir dívidas e questões trabalhistas (SILVA JUNIOR, 2022).

Porém, a lei da SAF não foi regulamentada nessa época e apenas alguns clubes, entre eles Botafogo SP, Paraná Clube e Figueirense, aderiram à ideia de incorporação. A maioria preferiu manter o modelo tradicional de sociedade civil sem fins lucrativos, onde são garantidos incentivos fiscais e isenções. Também houve resistência cultural e política à mudança, pois muitos dirigentes temiam perder o poder e o controle sobre seus clubes (SILVA JUNIOR, 2022).

Em 2021, após mais de 20 anos de debates e frustrações judiciais, a Assembleia Nacional aprovou um projeto de lei que regulamenta definitivamente a SAF no Brasil. O projeto será aprovado pelo presidente Jair Bolsonaro em agosto de 2021 e entrará em vigor em janeiro de 2022.

A nova lei SAF estabelece as regras e os requisitos para a constituição, o funcionamento, a governança, a fiscalização e a dissolução das sociedades anônimas de futebol.

Existem também incentivos fiscais e financeiros oferecidos aos clubes que optam pelo SAF, como o parcelamento de dívidas tributárias, o acesso a linhas especiais de crédito e a isenção de impostos sobre rendimentos da atividade futebolística. Espera-se que a lei SAF contribua para o desenvolvimento e sustentabilidade do futebol brasileiro e para aumentar a competitividade, rentabilidade e transparência dos clubes (RAMALHO; SOUZA, 2022).

A SAF é uma alternativa para modernizar e profissionalizar o futebol brasileiro, que enfrenta problemas de gestão, endividamento e competitividade. A expectativa é que a SAF traga benefícios para os clubes, os jogadores, os investidores e os torcedores, mas também desafios e resistências que precisam ser superados.

### **3 OUTROS TIPOS DE SOCIEDADES**

#### **3.1 SOCIEDADES EMPRESÁRIAS**

As sociedades empresariais são formas de organização econômica que surgiram na Antiguidade e se desenvolveram ao longo da história.

A origem das sociedades empresariais remonta à Antiguidade, quando os comerciantes se reuniam para realizar atividades econômicas. As primeiras formas de sociedade foram as guildas de artesãos, que reuniam pessoas da mesma profissão e ofício, e as associações comerciais, que exploravam o comércio marítimo entre diferentes regiões. Essas sociedades tinham em grande parte um caráter pessoal baseado na confiança e lealdade entre os parceiros (CRUZ, 2019).

Com o advento da revolução industrial no século XVIII, surgiram novas formas de sociedade, mais complexas e impessoais, destinadas a arrecadar dinheiro para financiar grandes empreendimentos industriais. As mais importantes foram as sociedades por ações, que divide o capital social em partes negociáveis denominadas ações, e as sociedades limitadas, que limita a responsabilidade dos sócios ao valor das ações. Essas associações separavam a propriedade e a gestão das empresas e permitiam a participação de um grande número de investidores (CHAGAS, 2018).

As sociedades empresariais evoluíram ao longo do tempo à medida que as sociedades mudaram econômica, social e legalmente. Existem atualmente vários tipos de sociedades, diferenciando-se quanto à forma jurídica, objeto social, regime fiscal, número de acionistas, etc. Para empresas, aplica-se o Código Civil Brasileiro e as leis específicas de cada ramo de atividade (CRUZ, 2019).

As sociedades empresariais são aquelas que conduzem atividades econômicas organizadas e orientadas para o lucro. Distinguem-se das simples sociedades que não prosseguem esta finalidade, ou das sociedades que não têm personalidade jurídica. As empresas com fins lucrativos podem ser categorizadas em diferentes tipos, dependendo do objetivo da empresa, responsabilidades dos acionistas, forma de constituição e tributação. Alguns exemplos são as sociedades limitadas, as sociedades anônimas, as sociedades em nome coletivo, as sociedades em comandita simples e as sociedades em comandita por ações (TEIXEIRA, 2018).

As sociedades empresariais se adaptaram às mudanças sociais, legais e tecnológicas, criando diferentes tipos e modalidades de associação, têm como característica comum a busca pelo lucro e a responsabilidade limitada dos sócios, que podem variar conforme o tipo de sociedade escolhido.

### 3.2 SOCIEDADES ANÔNIMAS

A sociedade anônima é uma forma de organização empresarial caracterizada pela divisão do capital em ações, que são a parcela ideal do capital da empresa. Os acionistas corporativos são proprietários da empresa, mas não são pessoalmente responsáveis pela dívida que devem. Uma empresa pode ser pública ou privada, dependendo se ela pode abrir o capital (ROQUE, 2017).

As sociedades anônimas são reguladas pela Lei nº 6.404/76, que estabelece as normas para a sua constituição, funcionamento e dissolução (ROQUE, 2017).

A administração da sociedade anônima é exercida por um conselho de administração, eleito pela assembleia geral de acionistas e um conselho de administração eleito pelo conselho de administração. As empresas são classificadas como abertas ou fechadas, conforme estejam ou não autorizadas a negociar suas ações na bolsa de valores (ROQUE, 2017).

As origens da empresa remontam ao século XVII. Nesta altura, foi fundada a primeira empresa de comércio marítimo da Europa e pretendia angariar fundos para as suas atividades com a participação de vários investidores (ROQUE, 2017).

### 3.3 RELAÇÕES ENTRE AS SOCIEDADES

As sociedades anônimas e empresariais são duas formas jurídicas de organização de empresas que possuem características distintas.

As sociedades empresariais são aquelas que exercem uma atividade econômica organizada, visando o lucro. Dentro dessa categoria, existem diversos tipos de sociedades, cada uma com suas regras e peculiaridades. Um dos tipos mais comuns e importantes de sociedade empresarial é a sociedade anônima, também chamada de companhia ou empresa de capital aberto (CHAGAS, 2018).

A sociedade anônima é aquela que tem o capital dividido em ações, que podem ser negociadas livremente no mercado. Os acionistas são os sócios da sociedade, que respondem apenas pelo valor das ações que possuem. A sociedade anônima é administrada por um conselho de administração, eleito pelos acionistas, e por uma diretoria, nomeada pelo conselho. A sociedade anônima deve ter um estatuto social, que define as normas e os direitos dos acionistas, e deve publicar periodicamente seus balanços e demonstrações financeiras (SACRAMONE, 2023).

Uma das áreas em que as sociedades anônimas têm grande relevância é o futebol. A Sociedade Anônima do Futebol (SAF) é um modelo de gestão que permite que os clubes de futebol se transformem em empresas de capital aberto, podendo captar recursos no mercado financeiro e ter uma gestão profissionalizada. A SAF foi criada pela Lei nº 14.193, de 5 de agosto de 2021, que regulamenta a constituição, a organização e o funcionamento das SAFs (CASTRO, 2021).

A SAF tem como objetivo principal o desenvolvimento do futebol brasileiro, promovendo a modernização, a transparência e a sustentabilidade dos clubes. A SAF pode explorar as atividades relacionadas ao futebol, como a formação e a negociação de atletas, a participação em competições, a venda de ingressos, a comercialização de produtos e serviços, entre outras. A SAF deve ter um conselho de administração, uma diretoria executiva e um conselho fiscal, além de um conselho de futebol, composto por pessoas ligadas ao esporte. A SAF deve respeitar as regras da

Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) (RAMALHO; SOUZA, 2022).

As sociedades anônimas e as SAFs são formas de organização empresarial que podem trazer benefícios para os seus acionistas e para o desenvolvimento econômico e social do país. No entanto, elas também envolvem riscos e desafios, como a necessidade de uma gestão eficiente, ética e transparente, a responsabilidade perante os investidores e os órgãos reguladores, e a preservação da identidade e da cultura dos clubes de futebol (RAMALHO; SOUZA, 2022).

As relações entre as sociedades anônimas e empresariais são reguladas pelo Código Civil e pela Lei das Sociedades por Ações. As sociedades anônimas são aquelas em que o capital social é dividido em ações, e os sócios ou acionistas respondem limitadamente pelo valor de suas ações. As sociedades empresariais são aquelas que exercem atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. As sociedades anônimas podem ser classificadas como sociedades empresariais ou não empresariais, dependendo do objeto social que consta no estatuto social. As sociedades anônimas empresariais estão sujeitas ao regime jurídico das empresas, enquanto as sociedades anônimas não empresariais estão sujeitas ao regime jurídico das associações.

#### **4 LEGISLAÇÃO**

Tratando-se sobre as normas jurídicas que versam o tema. A Lei nº 14.193/21 criou a Sociedade Anônima de Futebol–SAF (futebol profissional masculino e feminino), que não se confunde com a Sociedade Anônima de que trata a Lei n. 6.404/76, aplicável subsidiariamente, sendo efetivamente um novo tipo societário, que pode ser de capital fechado ou aberto, face a aplicação subsidiária da lei das S/A. Basicamente a SAF pode nascer por três formas distintas; a primeira pela constituição originária da empresa, por exemplo, por um grupo de investidores, a segunda, pela transformação do Clube de Futebol em sua totalidade ou de outra sociedade originária em uma Sociedade Anônima de Futebol, o que ocorre, com simples inscrição na JUCESP da transformação e adaptação do estatuto à SAF (parágrafo único do artigo 971 do Cód. Civil) e, finalmente, a terceira situação, que seria pela cisão do departamento de futebol do clube, dando nascimento a SAF (MAIA, 2021).



Embora a SAF tenha subsidiárias regentes nos termos da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Lei 9.615/98 (Lei Pelé), a SAF afirma ser um novo tipo de empresa, especialmente considerando as diferentes especificações trazidas pela Lei 14.193/21. Estruturas corporativas e de governança, quóruns específicos para aconselhamento sobre questões específicas, limitações de responsabilidade e muitos outros assuntos listados acima. Assim, face aos desafios jurídicos que esta nova forma de sociedade poderá enfrentar na prática, algumas alterações legislativas poderão alterar ou regular essa previsão ao longo dos próximos anos (MAEDA, 2021).

Além disso, no caso de ações Classe A, os direitos de voto das ações Classe A nas assembleias gerais não podem ser restringidos, alterados ou renunciados de acordo com as disposições do Artigo 16. Além disso, o parágrafo 3º do mesmo artigo estabelece que matérias que não possam ser aprovadas sem a aprovação dos eleitores da Classe A (investidores da empresa, tem direito ao voto na assembleia de acionistas), poderão ser estipuladas no contrato social (BRASIL. Câmara dos Deputados, 2016).

O artigo 18 do referido projeto contém um rol tributário de decisões que não podem ser tomadas sem o consentimento do titular de um título classe A, dividindo as decisões em duas categorias. Uma depende da existência de títulos Classe A e a outra depende da existência de títulos Classe A. Não depende do número de títulos.

Art. 18. É necessária a aprovação de acionista, detentor de ação classe A, enquanto esta classe representar pelo menos 10% do capital social votante ou do capital social total, para deliberar sobre: I - a alienação, oneração, cessão, conferência, doação ou disposição de qualquer bem imobiliário ou de direito de propriedade intelectual conferido pela Associação, para formação do capital social; II - a prática de qualquer ato de reorganização societária ou empresarial, como fusão, cisão, incorporação, incorporação de outra sociedade e transformação, ou a celebração de contrato de trespasse ou de cessão de ativos relacionados à prática ou à administração do futebol; III - a dissolução, liquidação e extinção; e IV - o pedido de recuperação judicial ou de falência. § 1º. A deliberação sobre as seguintes matérias dependerá de voto positivo de acionista, detentor de ação classe A, independentemente do percentual que essa ação representar do capital social votante ou total: I - a modificação da denominação; II - a modificação dos signos identificativos da equipe profissional, incluindo, símbolo, brasão, marca, alcunha, hino e cores; III - a utilização de estádio ou arena, em caráter permanente, distinto daquele utilizado pela Associação, antes da constituição da SAF; IV - a mudança da sede para outro município; e V - reforma do estatuto que altere qualquer condição, direito ou preferência da ação classe A. (BRASIL. Câmara dos Deputados, 2016).

A Lei nº 14.193/2021, é a Lei da SAF, responsável por estabelecer normativas próprias aplicáveis a clubes de futebol (CASTRO, 2021).

A legislação que regula as SAF foi aprovada em 2021, com o objetivo de modernizar a gestão, aumentar a transparência e atrair investimentos para o esporte mais popular do país. As SAFs são constituídas por ações, que podem ser negociadas no mercado, e têm como finalidade exclusiva a atividade econômica relacionada ao futebol (SACRAMONE, 2023).

Devem seguir as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), além de respeitar os princípios da boa governança corporativa. As SAF podem se associar a clubes de futebol, que mantêm sua personalidade jurídica e sua autonomia administrativa, mas cedem os direitos sobre as equipes profissionais.

Os clubes podem receber uma participação acionária nas SAF, bem como uma remuneração fixa ou variável pelos direitos cedidos. As SAF representam uma oportunidade para o desenvolvimento do futebol brasileiro, pois permitem uma gestão mais profissional, eficiente e sustentável, além de facilitar o acesso a fontes de financiamento e a parcerias estratégicas.

A SAF (Sociedade Anônima do Futebol) é um modelo de gestão empresarial para os clubes de futebol que estão em busca de modernizar e profissionalizar o setor esportivo no Brasil. A SAF surgiu da Lei Federal n. 14.193/2021, que modificou a lei Pelé (Lei n. 9.615/1998) e a lei de recuperação judicial e falência (Lei n. 11.101/2005). A SAF possibilitou que os clubes se tornem empresas de capital aberto ou fechado, assim podendo obter recursos no mercado financeiro, atrair investidores e parceiros, e usufruir de incentivos fiscais e tributários. A SAF também facilita que os clubes recorram à recuperação judicial e extrajudicial, além de um regime centralizado de execuções para quitar dívidas (RAMALHO; SOUZA, 2022).

Art. 1º Constitui Sociedade Anônima do Futebol a companhia cuja atividade principal consiste na prática do futebol, feminino e masculino, em competição profissional, sujeita às regras específicas desta Lei e, subsidiariamente, às disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. § 1º Para os fins desta Lei, considera-se: I - clube: associação civil, regida pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), dedicada ao fomento e à prática do futebol; II - pessoa jurídica original: sociedade empresarial dedicada ao fomento e à prática do futebol; e III - entidade de administração: confederação, federação ou liga, com previsão na

Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que administra, dirige, regulamenta ou organiza competição profissional de futebol (BRASIL, 2021).

### Recuperação judicial, Lei nº 11.101/2005:

Art. 1º Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor. Art. 2º Esta Lei não se aplica a: I – empresa pública e sociedade de economia mista; II – instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores. Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil (BRASIL, 2005).

Como o próprio nome indica, a Sociedade Anônima do Futebol é um tipo de Sociedade Anônima. Deste modo, os clubes que escolhem esse modelo de clube empresa devem cumprir todos os requisitos que definem uma companhia, conforme está estabelecido no Artigo 1.089 da Lei das Sociedades Anônimas: “[...] a sociedade anônima rege-se por lei especial, aplicando-lhe, nos casos omissos, as disposições deste Código” (BRASIL, 1976).

De acordo com os autores, Carlos S. S. Ramalho e Gustavo L. P. Souza “A Lei da SAF inova no Sistema Nacional do Desporto, facultando uma nova modalidade de organização social para as entidades de prática desportiva.” A SAF é facultativa, ou seja, não é obrigatória para os clubes que pretendam participar em competições profissionais de futebol. No entanto, a SAF oferece algumas vantagens, como a possibilidade de captar recursos financeiros no mercado de capitais, a separação entre o patrimônio do clube e o da empresa, e a maior transparência na gestão e na prestação de contas (RAMALHO; SOUZA, 2022).

## 5 RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Recuperação judicial é um instrumento jurídico que visa preservar a empresa em dificuldade financeira, permitindo que ela continue suas atividades e evite a falência.

A recuperação judicial é um meio previsto na Lei n. 11.101/2005 e recentemente alterada pela Lei 14.102/2020 para auxiliar os credores na solução das crises econômico-financeiras vivenciadas pelos empresários devedores a partir de negociações com seus credores de meios estipulados no Plano de Recuperação Judicial aprovado pelos credores (SACRAMONE, 2022).

Portanto, é um procedimento voltado para empresas que estão com dificuldades financeiras, mas podem superá-las, e se baseiam em três princípios básicos responsáveis pela condução das atividades empresariais: A preservação da Empresa, a proteção dos trabalhadores e os interesses dos credores (SACRAMONE, 2022).

Como defende Marcelo Sacramone (2023), essa medida evita que os devedores esbanjem seus bens e, ao mesmo tempo, impede que os credores ajam de forma maliciosa na obtenção de empréstimos e prejudiquem os interesses de outros credores.

A partir da distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor perde sua autonomia patrimonial e apenas poderá alienar ou onerar seus bens do ativo permanente com autorização judicial e após ouvidos os credores, caso essa alienação não tenha sido submetida à aprovação dos credores no plano de recuperação judicial (art. 66). Não poderá, inclusive, satisfazer suas obrigações vencidas, com o pagamento de uma parte dos credores, exceto se houver aprovação dos credores no plano de recuperação judicial (art. 172). Por outro lado, obstaram-se os comportamentos oportunistas dos diversos credores que, ao sinal de crise econômica do devedor, pretendessem maximizar sua utilidade pessoal e obter a satisfação de seus créditos individuais, ainda que pudessem comprometer a satisfação dos demais credores (SACRAMONE, 2023).

Conforme claramente indicado nos dispositivos mencionados acima, a utilização dos mecanismos de Recuperação Judicial e Extrajudicial, assim como a declaração de falência, é limitada exclusivamente àquelas entidades que estão envolvidas em atividades empresariais, ou seja, atividades conduzidas com a finalidade de obter lucro. Além disso, é um requisito essencial que tais atividades sejam economicamente viáveis, organizadas e conduzidas de maneira profissional. No entanto, essas condições não se aplicam aos clubes de futebol (SACRAMONE, 2023).

Esse raciocínio leva, portanto, à percepção de que os times de futebol são formados em grande parte de acordo com formatos de federação e, portanto, não estão sujeitos a tais procedimentos de recuperação (SACRAMONE, 2023).

Entretanto, é importante mencionar que houve situações excepcionais em que a Lei 11.101/2005 já foi aplicada a certos clubes no Brasil antes da existência da Lei da SAF. Um exemplo disso é o Figueirense Futebol Clube. Nesse contexto, o clube com sede em Santa Catarina buscou iniciar um processo de Recuperação Extrajudicial, mas esse pedido foi inicialmente rejeitado em primeira instância. Essa rejeição baseou-se no fato de que o clube é uma associação civil sem fins lucrativos (SACRAMONE, 2023).

No entanto, após o clube recorrer através de uma apelação, o eminente Desembargador Torres Marques emitiu sua decisão em 18/03/2021, reconhecendo a capacidade legal do Figueirense para agir. Ele fundamentou sua decisão da seguinte maneira:

Concluo, portanto, que o fato de o primeiro apelante enquadrar-se como associação civil não lhe torna ilegítimo para pleitear a aplicação dos institutos previstos na Lei n. 11.101/2005, porquanto não excluído expressamente do âmbito de incidência da norma (art. 2º), equiparado às sociedades empresárias textualmente pela Lei Pelé e, notadamente, diante da sua reconhecida atividade desenvolvida em âmbito estadual e nacional desde 12/6/1921, passível de consubstanciar típico elemento de empresa (atividade econômica organizada) (SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça, 2021, p. 18).

Isso se deve ao fato de que, da mesma forma que a instituição educacional em discussão, é indiscutível que os clubes desempenham de maneira rotineira uma atividade econômica voltada para a oferta de bens e serviços no mercado. Isso ocorre tanto por meio da comercialização de vestuário e acessórios quanto pela venda de ingressos para participação em suas partidas (SACRAMONE, 2023).

A SAF pode ser uma alternativa à recuperação judicial e auxiliar os clubes em processo de reestruturação legal para atrair investidores e aumentar sua competitividade (SACRAMONE, 2023).

Uma das maiores vantagens que a lei SAF oferece aos clubes é a possibilidade de recorrer à recuperação judicial, que é um instrumento jurídico previsto na lei 11.101/05, que visa preservar a atividade econômica e os empregos de uma empresa em crise. A recuperação judicial permite que o devedor negocie com os seus credores

um plano de pagamento das dívidas, com prazos e condições mais favoráveis (SACRAMONE, 2023).

Um dos benefícios da SAF é permitir que os clubes separem seus patrimônios esportivos de seus patrimônios empresariais, permitindo que os credores em uma recuperação judicial penhem bens relacionados às atividades-fim do clube, como os direitos federativos e econômicos dos jogadores, os troféus e as marcas. Além disso, a SAF pode negociar planos de quitação de dívidas com credores que ofereçam condições mais favoráveis do que as previstas na Lei de Recuperação Judicial (CASTRO, 2021).

Outra vantagem do SAF é facilitar a entrada de novos sócios e investidores no clube, adquirir cotas e participações sociais e participar dos lucros e resultados esportivos. Isso levará a um aumento de receita e capital para o clube, permitindo que ele invista no recrutamento de jogadores, melhoria de infraestrutura e desenvolvimento de equipes juvenis. Além disso, a SAF pode atrair patrocinadores e parceiros de negócios que queiram associar sua imagem a uma empresa profissional e transparente (RAMALHO; SOUZA, 2022).

Em seis meses, os três grandes clubes do futebol pernambucano entraram com o pedido de Recuperação Judicial, um ato extremo que possibilita a negociação coletiva das dívidas. Até março deste ano foram 3, o primeiro foi o Santa Cruz, ainda em setembro de 2022, neste ano, Náutico, em fevereiro, e Sport, em março, esses tiveram os pedidos acatados na Justiça. Com o congelamento das dívidas e penhoras, os clubes podem evitar leilões de imóveis, como as respectivas sedes e estádios, durante 180 dias, a partir da ação de cada um (ZIRPOLI, 2023).

Por fim, as SAF podem contribuir para uma gestão mais eficiente e responsável do clube, pois exigem o cumprimento de normas de governança corporativa, de prestação de contas e de controle interno. A SAF também está sujeita à fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de quaisquer acionistas ou quotistas que possam estar envolvidos no desempenho esportivo e financeiro do clube. A SAF pode, assim, promover uma cultura de planejamento, sustentabilidade e meritocracia no futebol brasileiro (RAMALHO; SOUZA, 2022).

Além disso, a SAF Sociedade anônima de futebol pode estimular o desenvolvimento do futebol nacional, gerando mais empregos, renda e entretenimento para os torcedores.

a SAF oferece uma solução integrada e personalizada para cada caso, considerando as características e necessidades específicas de cada empresa em crise. A SAF atua com uma equipe multidisciplinar e experiente, que busca preservar a continuidade das atividades empresariais, otimizar os recursos financeiros, renegociar as dívidas e reestruturar o negócio.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos temas analisados neste trabalho, é duvidoso que a figura da Sociedade Anônima do Futebol, em virtude das altas dívidas que os clubes de futebol vêm acumulando, tenha se tornado cada vez mais importante devido às inovações do cenário brasileiro. A SAF proporciona uma solução integrada e personalizada para cada situação, levando em consideração as características e necessidades específicas de cada empresa enfrentando dificuldades. Contando com uma equipe experiente e multidisciplinar, a SAF se empenha em preservar a continuidade das operações empresariais, otimizar os recursos financeiros, renegociar as dívidas e reestruturar o negócio. Além disso, a SAF, como Sociedade Anônima de Futebol, tem o potencial de estimular o desenvolvimento do futebol nacional, criando oportunidades de emprego, aumento de renda e proporcionando entretenimento aos torcedores.

Uma das maiores vantagens da constituição da Sociedade Anônima do Futebol é que os princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa sejam devidamente introduzidos nas equipes de futebol. Neste contexto, o bom andamento das atividades futebolísticas faz com que os interesses dos dirigentes da SAF e dos acionistas apoiadores estejam alinhados, aumentando a credibilidade da empresa, ao mesmo tempo em que atrai a atenção dos investidores e beneficia os acionistas.

Além disso, a partir deste estudo, é possível concluir que a SAF importa a legitimidade ativa dos times de futebol para se valerem dos instrumentos do Regime Centralizado de Execuções e da Recuperação Judicial, os quais representam notório auxílio para a reorganização financeira e a quitação das dívidas acumuladas pelas equipes.

O abuso do recurso judicial pode levar à declaração de falência de uma equipe, mas o regime jurídico vigente para a venda de ativos em uma massa falida sugere

que o processo de falência não equivale à extinção da equipe, mas sim para troca de administradores que tenham recursos suficientes para comprar os bens coletados.

A Sociedade Anônima de Futebol (SAF) não apenas auxilia os clubes, mas também beneficia os torcedores, o que brasileiro sente pelo futebol não apenas um interesse esportivo, mas também uma emoção profunda, o Brasil tem muitos amantes do futebol que sentem uma paixão inexplicável por ele, até mesmo é conhecido em todo o mundo como “O país do futebol”. Por isso, o Estado tem um papel fundamental de não deixar que um clube tradicional do Brasil se acabe por causa de suas dívidas, e de proteger o desporto como um patrimônio histórico e cultural.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 5.082 de 2016**. Cria a via societária, e estabelece procedimentos de governança e de natureza tributárias, para modernização do futebol, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2082511>. Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm). Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.615 de 24 de março de 1998**. [Lei Pelé]. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9615consol.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm). Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.101 de 09 de fevereiro de 2005**. [Lei da Falência]. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm). Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.193 de 06 ago. 2021**. Institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tributário específico; e altera as Leis ns. 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/34657133>. Acesso em: 02 jul. 2023.

CAPELO, Rodrigo. Clube-empresa? Entenda a parceria que "privatizou" o futebol do Figueirense e está em crise. **Globo Esporte**, 22 ago. 2019. Disponível em: [globoesporte.globo.com/blogs/blog-do-rodrico-capelo/post/2019/08/22/clubeempresa-entenda-a-parceria-que-privatizou-o-futebol-do-figueirense-e-esta-emcrise.ghtml](https://globoesporte.globo.com/blogs/blog-do-rodrico-capelo/post/2019/08/22/clubeempresa-entenda-a-parceria-que-privatizou-o-futebol-do-figueirense-e-esta-emcrise.ghtml). Acesso em: 02 jul. 2023.



CAPELO, Rodrigo. O que é SAF? Entenda formato que mudou o futebol brasileiro. **Globo.com**: negócios do futebol, 02 set. 2022a. Disponível em: <https://ge.globo.com/negocios-do-esporte/noticia/2022/09/02/o-que-e-saf-entenda-o-formato-de-clube-empresa-que-mudou-o-futebol-brasileiro.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de (Coord.). **Comentários à lei da Sociedade Anônima do Futebol**: Lei Nº 14.193/2021. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2021.

CHAGAS, Edilson Enedino das. **Direito empresarial esquematizado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Relatório impacto do futebol brasileiro**. 2018. Disponível em: [https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201912/20191213172843\\_346.pdf](https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201912/20191213172843_346.pdf). Acesso em: 15 jun. 2023.

CRUZ, André Santa. **Direito empresarial**: volume único. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.

MAEDA, Lya Doria. Sociedade Anônima de Futebol, um novo e peculiar tipo societário. **Consultor Jurídico**, 18 ago. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-ago18/maeda-sociedade-anonima-futebol-tipo-societario>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MAIA, Luiz Fernando. Sociedade anônima de futebol (SAF); contornos e atipicidades. **Migalhas**, 29 out. 2021. Disponível em: [https://lfmaia.com.br/pt\\_br/impressao/sociedadeanonima-de-futebol-saf-contornos-e-atipicidades](https://lfmaia.com.br/pt_br/impressao/sociedadeanonima-de-futebol-saf-contornos-e-atipicidades). Acesso em: 12 jul. 2023.

RAMALHO, Carlos Santiago da Silva; SOUZA, Gustavo Lopes Pires. **Sociedade Anônima do Futebol**: primeiras linhas. Belo Horizonte: Expert Ed., 2022.

ROQUE, Sebastião José. **Da sociedade anônima**. São Paulo: Ícone, 2017.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência**. 4.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. **Apelação n. 5024222-97.2021.8.24.0023/SC**. Relator: Torres Marques. 18 mar. 2021. Disponível em: [https://www.migalhas.com.br/arquivos/2021/3/5F55C61A6B51B9\\_REC-FUT.pdf](https://www.migalhas.com.br/arquivos/2021/3/5F55C61A6B51B9_REC-FUT.pdf). Acesso em: 31 jul. 2023.

SILVA JUNIOR, Israel Correa da. **SAF**: Sociedade Anônima do Futebol no Brasil. 2022. TCC (Graduação em Direito) – UniEvangélica. Anápolis, 2022.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito empresarial esquematizado**: doutrina, jurisprudência e prática. 7. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2018. Disponível em: <https://acljur.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Direito-Empresarial-Sistematizado-Tarcisio-Teixeira-2018.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2023.

ZIRPOLI, Cassio. **Sport entra em Recuperação Judicial e completa o caminho do trio de ferro até a SAF**, 20 mar. 2023. Disponível em: <https://cassiozirpoli.com.br/sport-entra-em-recuperacao-judicial-e-completa-o-caminho-do-trio-de-ferro-ate-a-saf/>. Acesso em: 31 jul. 2023.